

Padrões interacionais em contexto institucional – a organização do discurso em sala de audiências

Na sequência das investigações que emergem do domínio da Linguística Interacionista (Kerbrat-Orecchioni, 1990), esta comunicação tem como propósito analisar os usos da linguagem na organização de uma instituição social – o Tribunal.

A interação verbal que decorre em sala de audiências constitui uma situação discursiva complexa (Levinson 92), com muitos e díspares interlocutores, que se articula com uma estrutura organizacional e institucional rígida. No contexto judiciário, a linguagem constitui o meio privilegiado através do qual os falantes participam nessa instituição social e, neste sentido, é possível avaliar as articulações entre o discurso e a construção da própria organização social (Grosjean, 2004).

Tomando como referência teórica a perspectiva analítica proposta pela Análise Conversacional (Sacks *et alii*, 1974), complementada com as investigações de Kerbrat-Orecchioni (2004) e Bruxelles e Kerbrat-Orecchioni (2004), a propósito da análise dos trílogos, das coalizões possíveis entre os diferentes membros de um grupo conversacional e dos papéis interacionais variados que os mesmos falantes podem desempenhar, e ainda apoiados nas pesquisas de Grosjean (2004), a propósito da desigual distribuição de saber e de poder em contexto profissional, analisaremos um *corpus* de audiências gravadas em Tribunais portugueses.

Nesse *corpus*, procuraremos examinar o complexo dispositivo enunciativo (Kerbrat-Orecchioni, 1990) exibido por esta interação verbal, o sistema de turnos de fala (Atkinson and Drew, 1979) que opera neste contexto e a análise de algumas trocas que tipicamente ocorrem entre profissionais e leigos

Argumentamos que o enquadramento institucional e o alto grau de ritualização deste episódio verbal determinam o seu funcionamento discursivo. A análise dos dados permite-nos compreender que as regras processuais que organizam esta atividade discursiva e, conseqüentemente, as distintas fases por que passa a audiência determinam diferentes padrões interacionais, diferentes configurações participativas e diferentes padrões de distribuição do espaço discursivo (Adelsward, 1987). Os resultados da análise sugerem que, neste contexto institucional e interacional, estas diferenças decorrem sobretudo dos diversos papéis interacionais desempenhados pelo juiz ao longo da audiência, sendo que essa mutação de papéis se deve à sua dupla e aparentemente paradoxal função nos ordenamentos jurídicos (civilísticos) continentais: a de mediador e a de regulador (Komter & Malsch, 2012).

Bibliografia:

- Adelswärd, Viveka, Aronsson, Karin, Jönsson, Linda e Linell, Per (1987). *The unequal distribution of interactional space: Dominance and control in courtroom interaction*. In: *Text*, 7
- Atkinson, J. Maxwell e Drew, Paul (1979). *Order in Court. The Organisation of Verbal Interaction in Judicial Settings*. London: Macmillan.
- Bruxelles, Sylvie e Kerbrat-Orecchioni, Catherine (2004). *Coalitions in polylogues*. In: *Journal of Pragmatics*, 36 (75–113).
- Grosjean, Michèle (2004). *From multi-participant talk to genuine polylogue: shift-change briefing sessions at the hospital*. In: *Journal of Pragmatics*, 36 (25-52).
- Kerbrat-Orecchioni, Catherine (1990). *Les interactions verbales*. Tome I. Paris: Armand Colin.
- Kerbrat-Orecchioni, Catherine (2004). *Introducing Polylogue*. In: *Journal of Pragmatics*, 36 (1-24).
- Komter, Martha e Malsch, Marijke (2012). *The Language of Criminal Trials in an Inquisitorial System: The Case of the Netherlands*. In: Peter Tiersma e Lawrence Solan (eds.). *The Oxford Handbook of Language and Law*. Oxford: Oxford University Press.
- Levinson, Stephen (1992). *Activity types in Language*. In: Paul Drew & John Heritage (eds.). *Talk at Work*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Sacks, Harvey, Schegloff, Emanuel e Jefferson, Gail (1974). *A Symplest Sistematics for the Organization of Turn-Taking in Conversation*. In: *Language*, 50, 4.